

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
  - 1.1 – Plenário
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ORDEM DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/3/2021

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.889/2020, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o fornecimento do medicamento Nusinersena às pessoas com atrofia muscular espinhal – AME – no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.970/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado pedido de informações sobre os valores dos investimentos para a manutenção predial do Hospital de Pronto Socorro João XXIII e do Hospital Infantil João Paulo II, localizados em Belo Horizonte, visto que, na visita da comissão a esses estabelecimentos de saúde, em 5 de março de 2020, os deputados puderam constatar vários problemas, como banheiros sem barras de apoio, portas sem maçanetas, buracos no forro do teto, equipamentos estragados, pias entupidas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.981/2020, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os repasses federais do programa Luz para Todos para o Estado e sobre o montante de recursos destinados ao programa de eletrificação rural e o número de ligações feitas por meio desse programa nos anos de 2019 e 2020. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.434/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o quantitativo de vacinas contra a raiva para cães e gatos disponibilizadas para os municípios do Estado, especificando-se quais municípios as receberam e o cronograma de aplicação dessas vacinas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 6.644/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os estatutos legais ou fundamentos jurídicos que embasam a aplicação do modelo de cogestão a ser aplicada no sistema socioeducativo no Estado, indicando-se, com o detalhamento possível, as razões pelas quais a administração pública adota tal proposta neste momento, bem como as formas de remuneração das entidades e os custos contratualmente previstos por adolescente atendido no modelo de cogestão, esclarecendo-se, ainda, quais os custos atualmente arcados pela prestação do serviço pela administração direta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.788/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a composição, a participação de usuários, as atribuições, a atividade e as perspectivas de funcionamento do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.905/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento da regularização dos repasses dos recursos financeiros aos municípios, referentes à assistência farmacêutica, em especial sobre a contrapartida estadual dos medicamentos básicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.044/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas adotadas pela pasta para a regulamentação da Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético, para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças, nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.101/2020, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento do projeto e da execução das obras de pavimentação de um trecho de quatorze quilômetros da Rodovia MG-280, entre os Municípios de Paula Cândido e Divinésia, na região da Zona da Mata. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

## **2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

## **3ª Fase**

Pareceres de redação final.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidos, na 11ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 2/3/2021, os seguintes projetos de resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111/2021

Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em decorrência da pandemia de Covid-19, e o estado de calamidade pública, ou sua prorrogação, nos demais municípios que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, até 30 de junho de 2021, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Bicas, nos termos do Decreto Municipal nº 2, de 7 de janeiro de 2021;
- II – Carlos Chagas, nos termos do Decreto Municipal nº 13, de 4 de janeiro de 2021;
- III – Conceição da Barra de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 5.112, de 7 de janeiro de 2021;
- IV – Coromandel, nos termos do Decreto Municipal nº 169, de 11 de fevereiro de 2021.

Art. 2º – Fica reconhecida, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a prorrogação, até 30 de junho de 2021, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Alvorada de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 3, de 8 de janeiro de 2021;
- II – Araguari, nos termos do Decreto Municipal nº 238, de 30 de dezembro de 2020;
- III – Barão de Cocais, nos termos do Decreto Municipal nº 280, de 30 de dezembro de 2020;
- IV – Bela Vista de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 476, de 4 de janeiro de 2020;
- V – Belo Horizonte, nos termos do Decreto Municipal nº 17.502, de 18 de dezembro de 2020;
- VI – Bias Fortes, nos termos do Decreto Legislativo Municipal nº 2, de 30 de dezembro de 2020;
- VII – Bocaiuva, nos termos do Decreto Municipal nº 7.998, de 22 de dezembro de 2020;
- VIII – Bom Despacho, nos termos do Decreto Municipal nº 8.807, de 30 de dezembro de 2020;
- IX – Brumadinho, nos termos do Decreto Municipal nº 214, de 23 de dezembro de 2020;
- X – Buenópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 353, de 28 de dezembro de 2020;
- XI – Caeté, nos termos do Decreto Municipal nº 298, de 30 de dezembro de 2020;
- XII – Campestre, nos termos do Decreto Municipal nº 12, de 15 de janeiro de 2021;
- XIII – Candeias, nos termos do Decreto Municipal nº 2.892, de 31 de dezembro de 2021;
- XIV – Capela Nova, nos termos do Decreto Municipal nº 54, de 30 de dezembro de 2020;
- XV – Capinópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 4.788, de 28 de dezembro de 2020;
- XVI – Carrancas, nos termos do Decreto Municipal nº 1.958, de 31 de dezembro de 2020;
- XVII – Contagem, nos termos do Decreto Municipal nº 1.975, de 29 de dezembro de 2020;

XVIII – Corinto, nos termos do Decreto Municipal nº 7, de 14 de janeiro de 2021;

XIX – Coronel Xavier Chaves, nos termos do Decreto Municipal nº 3.479, de 30 de dezembro de 2020;

XX – Cristiano Otoni, nos termos do Decreto Municipal nº 8, de 11 de janeiro de 2021.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de março de 2021.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Decisão da Mesa da Assembleia de 9/2/2021.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 112/2021

Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública no Município de Betim, em decorrência da pandemia de Covid-19, e o estado de calamidade pública, ou sua prorrogação, nos demais municípios que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, até 30 de junho de 2021, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

I – Inconfidentes, nos termos do Decreto Municipal nº 1.798, de 18 de janeiro de 2021;

II – Itaguara, nos termos do Decreto Municipal nº 1.696, de 8 de janeiro de 2021;

III – Itajubá, nos termos do Decreto Municipal nº 8.250, de 12 de janeiro de 2021;

IV – Itamonte, nos termos do Decreto Municipal nº 1.907, de 4 de janeiro de 2021;

V – Itumirim, nos termos do Decreto Municipal nº 2.144, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 2º – Fica reconhecida, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a prorrogação, até 30 de junho de 2021, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

I – Betim, nos termos do Decreto Municipal nº 42.493, de 3 de fevereiro de 2021;

II – Crucilândia, nos termos do Decreto Municipal nº 82, de 31 de dezembro de 2020;

III – Curvelo, nos termos do Decreto Municipal nº 4.404, de 28 de dezembro de 2020;

IV – Delfinópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 88, de 30 de dezembro de 2020;

V – Divinópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 14.101, de 5 de janeiro de 2021;

VI – Dolores de Campos, nos termos do Decreto Municipal nº 145, de 30 de dezembro de 2020;

VII – Dolores de Guanhões, nos termos do Decreto Municipal nº 7, de 7 de janeiro de 2021;

VIII – Entre Rios de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 2.502, de 30 de dezembro de 2020;

IX – Francisco Sá, nos termos do Decreto Municipal nº 3.652, de 4 de janeiro de 2021;

X – Glaucilândia, nos termos do Decreto Municipal nº 70, de 12 de janeiro de 2021;

XI – Goiabeira, nos termos do Decreto Municipal nº 1, de 4 de janeiro de 2021;

XII – Guaranésia, nos termos do Decreto Municipal nº 2.108, de 30 de dezembro de 2020;

XIII – Ibiá, nos termos do Decreto Municipal nº 5.410, de 29 de dezembro de 2020;

- XIV – Ibiaí, nos termos do Decreto Municipal nº 2, de 12 de janeiro de 2021;
- XV – Ibitité, nos termos do Decreto Municipal nº 6.854, de 22 de dezembro de 2020;
- XVI – Igarapé, nos termos do Decreto Municipal nº 2.453, de 1º de janeiro de 2021;
- XVII – Ipatinga, nos termos do Decreto Municipal nº 9.565, de 7 de janeiro de 2021;
- XVIII – Itabirito, nos termos do Decreto Municipal nº 13.567, de 23 de dezembro de 2020;
- XIX – Itapecerica, nos termos do Decreto Municipal nº 132, de 21 de dezembro de 2020;
- XX – João Monlevade, nos termos do Decreto Municipal nº 8, de 7 de janeiro de 2021.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de março de 2021.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Decisão da Mesa da Assembleia de 9/2/2021.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 113/2021

Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, em decorrência da pandemia de Covid-19, e o estado de calamidade pública, ou sua prorrogação, nos demais municípios que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, até 30 de junho de 2021, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Mercês, nos termos do Decreto Municipal nº 45, de 11 de fevereiro de 2021;
- II – Monte Carmelo, nos termos do Decreto Municipal nº 2.385, de 18 de fevereiro de 2021;
- III – Ouro Fino, nos termos do Decreto Municipal nº 3.866, de 7 de janeiro de 2021.

Art. 2º – Fica reconhecida, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a prorrogação, até 30 de junho de 2021, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Juiz de Fora, nos termos do Decreto Municipal nº 14.237, de 23 de dezembro de 2020;
- II – Lagoa dos Patos, nos termos do Decreto Municipal nº 1, de 4 de janeiro de 2021;
- III – Lagoa Dourada, nos termos do Decreto Municipal nº 15, de 4 de janeiro de 2021;
- IV – Lagoa Santa, nos termos do Decreto Municipal nº 4.194, de 22 de dezembro de 2020;
- V – Lavras, nos termos do Decreto Municipal nº 15.593, de 18 de dezembro de 2020;
- VI – Lontra, nos termos do Decreto Municipal nº 1, de 18 de janeiro de 2021;
- VII – Matipó, nos termos do Decreto Municipal nº 7, de 26 de janeiro de 2021;
- VIII – Muriaé, nos termos do Decreto Municipal nº 10.139, de 4 de janeiro de 2021;
- IX – Nazareno, nos termos do Decreto Municipal nº 3.124, de 30 de dezembro de 2020;
- X – Nova Lima, nos termos do Decreto Municipal nº 10.747, de 8 de janeiro de 2021;
- XI – Olhos d'Água, nos termos do Decreto Municipal nº 2.470, de 30 de dezembro de 2020;

- XII – Pará de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 11.388, de 30 de dezembro de 2020;
- XIII – Paraopeba, nos termos do Decreto Municipal nº 134, de 28 de dezembro de 2020;
- XIV – Piracema, nos termos do Decreto Municipal nº 2, de 1º de janeiro de 2021;
- XV – Poços de Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 13.552, de 27 de janeiro de 2021;
- XVI – Porteirinha, nos termos do Decreto Municipal nº 1.482, de 4 de janeiro de 2021;
- XVII – Prados, nos termos do Decreto Municipal nº 3.905, de 30 de dezembro de 2020;
- XVIII – Presidente Bernardes, nos termos do Decreto Municipal nº 4, de 11 de janeiro de 2021;
- XIX – Recreio, nos termos do Decreto Municipal nº 419, de 10 de dezembro de 2020;
- XX – Ribeirão das Neves, nos termos do Decreto Municipal nº 145, de 7 de janeiro de 2021;
- XXI – Ritópolis, nos termos do Decreto Municipal nº 2.471, de 4 de janeiro de 2021;
- XXII – Rodeiro, nos termos do Decreto Municipal nº 320, de 11 de janeiro de 2021.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de março de 2021.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Decisão da Mesa da Assembleia de 9/2/2021.

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 114/2021**

Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública no Município de Uberlândia, em decorrência da pandemia de Covid-19, e o estado de calamidade pública, ou sua prorrogação, nos demais municípios que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, até 30 de junho de 2021, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Santa Rita de Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 473, de 12 de janeiro de 2021;
- II – Tarumirim, nos termos do Decreto Municipal nº 891, de 22 de dezembro de 2020;
- III – Tupaciguara, nos termos do Decreto Municipal nº 28, de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º – Fica reconhecida, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a prorrogação, até 30 de junho de 2021, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 nos seguintes municípios:

- I – Sabará, nos termos do Decreto Municipal nº 2.382, de 29 de dezembro de 2020;
- II – Santa Cruz de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.446, de 4 de janeiro de 2021;
- III – Santa Luzia, nos termos do Decreto Municipal nº 3.700, de 30 de dezembro de 2020;
- IV – Santa Margarida, nos termos do Decreto Municipal nº 481, de 27 de dezembro de 2020;
- V – Santana da Vargem, nos termos do Decreto Municipal nº 1, de 11 de janeiro de 2021;
- VI – Santos Dumont, nos termos do Decreto Municipal nº 3.417, de 30 de dezembro de 2020;
- VII – São Gonçalo do Pará, nos termos do Decreto Municipal nº 4.390, de 30 de dezembro de 2020;

- VIII – São Gonçalo do Sapucaí, nos termos do Decreto Municipal nº 189, de 30 de dezembro de 2020;
- IX – São João del-Rei, nos termos do Decreto Municipal nº 9.114, de 30 de dezembro de 2020;
- X – São João do Manhuaçu, nos termos do Decreto Municipal nº 274, de 22 de dezembro de 2020;
- XI – São Joaquim de Bicas, nos termos do Decreto Municipal nº 956, de 29 de dezembro de 2020;
- XII – São José da Lapa, nos termos do Decreto Municipal nº 1.927, de 28 de dezembro de 2020;
- XIII – São Tiago, nos termos do Decreto Municipal nº 3.054, de 3 de janeiro de 2021;
- XIV – Sete Lagoas, nos termos do Decreto Municipal nº 6.445, de 31 de dezembro de 2020;
- XV – Tiradentes, nos termos do Decreto Municipal nº 3.358, de 4 de janeiro de 2021;
- XVI – Três Corações, nos termos do Decreto Municipal nº 4.178, de 1º de janeiro de 2021;
- XVII – Três Marias, nos termos do Decreto Municipal nº 3.154, de 30 de dezembro de 2020;
- XVIII – Ubá, nos termos do Decreto Municipal nº 6.530, de 30 de dezembro de 2020;
- XIX – Uberlândia, nos termos do Decreto Municipal nº 18.948, de 30 de dezembro de 2020;
- XX – Unaí, nos termos do Decreto Municipal nº 5.446, de 30 de dezembro de 2020;
- XXI – Vespasiano, nos termos do Decreto Municipal nº 8.804, de 28 de dezembro de 2020;
- XXII – Viçosa, nos termos do Decreto Municipal nº 5.607, de 4 de janeiro de 2021.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de março de 2021.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Decisão da Mesa da Assembleia de 9/2/2021.



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 4.631/2020\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as perícias médicas dos servidores atingidos pela decisão do STF no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876, que tiveram a licença para tratamento de saúde restabelecida nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 152, de 2019, com dados sobre: número de servidores atualmente licenciados; solicitações de perícias e de revisão de perícias e sua situação; tempo médio para agendamento e realização das perícias; número de médicos peritos e de unidades de atendimento no Estado para a realização das referidas perícias.

Sala das Reuniões, 11 de fevereiro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

\* – Publicado na forma aprovada em 2/3/2021, com a Emenda nº 1.

**REQUERIMENTO Nº 4.852/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel, do deputado Betão, da deputada Andréia de Jesus e do deputado Professor Cleiton aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/2/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos do fechamento da unidade de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcanti, localizado na região noroeste de Belo Horizonte, e sobre o encaminhamento dado à demanda de urgência e emergência atendida até início de setembro de 2019 pelo Hospital Alberto Cavalcanti.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 2/3/2021.

**REQUERIMENTO Nº 5.910/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de recursos referentes ao Programa Nacional de Alimentação escolar – Pnae – disponíveis nas caixas escolares de cada uma das escolas públicas estaduais de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2020.

André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

**REQUERIMENTO Nº 6.532/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as seguintes situações:

- 1 – Qual valor a Loteria Mineira arrecadou neste exercício até o mês de Outubro de 2020?
- 2 – Quais jogos estão em funcionamento no Estado através da Loteria Mineira?
- 3 – Por que a chamada “Loteria convencional” até hoje não foi reativada?
- 4 – Qual é a perspectiva da Loteria para os próximos anos?
- 5 – Quais contratos estão em vigor com a Loteria Mineira atualmente?

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2020.

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

**REQUERIMENTO Nº 6.581/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as subestações de energia planejadas e em implantação, especificando os municípios das regiões Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri que receberão essas subestações e qual a previsão das obras.

Sala das Reuniões, 20 de outubro de 2020.



Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.622/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento dos deputados Professor Cleiton, Zé Guilherme e Cássio Soares aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a destinação dos recursos recebidos do Ministério da Saúde para o Hospital Galba Veloso, da Rede Fhemig.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.802/2020**

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 71/2020, apresentada por Junior José da Silva e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as perspectivas de finalização do Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

#### **REQUERIMENTO Nº 7.107/2020\***

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre o sistema tarifário da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, observando as tarifas adotadas no Município de Ibitiré e outros da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o cronograma de cumprimento dos contratos de concessão nos municípios.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 2/3/2021.

#### **REQUERIMENTO Nº 7.335/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora respondendo os seguintes questionamentos:

Como o Estado pretende concluir as obras do Hospital Regional?

As contas do convênio entre o Estado e o Município de Juiz de Fora foram reprovadas no final do ano passado pelo Tribunal de Contas, sendo assim, como o Estado pretende assumir a gestão das obras?

Caso as obras sejam concluídas, qual o modelo de gestão proposto pelo Estado?

O hospital fará parte da rede Fhemig?

O Estado tem um estudo de análise do impacto orçamentário do hospital na região?

O Estado conversou com os municípios a respeito da gestão do hospital quando concluída a obra? Qual a posição dos municípios?

Qual a vocação desse hospital?

O Estado pretende manter a proposta original ou apresenta outra proposta de prestação de serviços?

O Estado tem estudo a respeito do impacto assistencial deste hospital na região?

Como o Estado pretende assumir o custeio deste hospital?

Sala das Reuniões, 9 de fevereiro de 2021.

Noraldino Júnior (PSC)

#### REQUERIMENTO Nº 7.345/2021\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 46, III, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos projetos, com os respectivos custos, e do cronograma do acordo pactuado com a Vale S/A no item 5.10 e Anexo III – Programa de Mobilidade, que faz referência à construção de pontes sobre o Rio São Francisco nos Municípios de São Francisco, Manga e São Romão, e sobre a pavimentação da MG-402, no trecho localizado entre os Municípios de Urucuia e Pintópolis.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 2/3/2021.



#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1/3/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Mageika, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Bárbara Ferreira Bregunci, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Bianca Rocha Cardoso, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Osvaldo Lopes;

exonerando Ellen White de Oliveira Bento Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Eveline de Oliveira Bahia Nohra, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

exonerando Juliana Aparecida Barcelos Campos, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Bloco Minas são Muitas;

exonerando Rodrigo Alves Pereira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas são Muitas;

exonerando Sabrina Franciele Martins de Almeida, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Adhemar Marcos Filho, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Kleyfton Weller Vitor Lopes, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;  
nomeando Nilton Alves da Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;  
nomeando Sabrina Franciele Martins de Almeida, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Bloco Minas são Muitas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os artigos 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/2/2021, a servidora Sueli Barbosa de Abrêu, CPF nº 379.253.506-87, ocupante do cargo efetivo de procurador, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 6/2021**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 013/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/3/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para disponibilizar licenças corporativas Business Pro – plataforma Zoom.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 2 de março de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 10/2021**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 019/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/3/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de geladeiras e refrigerador expositor. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 2 de março de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **TERMO DE CONTRATO Nº 2/2021**

#### **Número no Siad 9270823/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora Fórum Ltda. Objeto: assinatura de 10 periódicos digitais, todos pertencentes à Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais. Vigência: a partir da assinatura até 31 de dezembro

de 2021, com acesso aos periódicos disponíveis de 1º/1/2021 a 31/12/2021. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 121/2020**

**Número no Siad: 9223880/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Filmavideo Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviço de repórter fotográfico para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual, sem reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 2/3/2021 a 1º/3/2022, ou até o término do Pregão Eletrônico nº 51/2020, o que primeiro ocorrer. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).